



# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>17</b>
1. Improbidade administrativa .....	17
1.1. Conceito e regramento constitucional .....	17
1.2. Lei de Improbidade Administrativa (LIA) .....	20
1.3. Sistema de responsabilização por ato de improbidade administrativa .....	22
2. Princípios constitucionais do direito administrativo sancionador ...	24
2.1. Princípio da legalidade .....	24
2.2. Princípio da moralidade .....	25
2.3. Princípio da impessoalidade .....	26
2.4. Princípio da publicidade .....	27
2.5. Princípio da eficiência .....	28
3. Sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa .....	29
4. Sujeitos ativos dos atos de improbidade administrativa .....	32
4.1. Agente público .....	33

4.2. Terceiros .....	35
5. representação ao ministério público .....	39
6. Responsabilidade dos sucessores .....	40
7. Responsabilidade fiscal .....	41
7.1. Lei de Responsabilidade Fiscal .....	41
7.2. Princípios da LRF .....	42
7.3. Planejamento da gestão fiscal .....	43
7.4. Execução orçamentária .....	45
7.5. Preservação do patrimônio público .....	51
7.6. Transparência da gestão fiscal e sua fiscalização .....	51

## **CAPÍTULO II – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 53**

1. Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º) .....	54
1.1. Conceito e requisitos .....	54
1.2. Recebimento de vantagem econômica indevida .....	58
1.3. Percepção de vantagem para facilitar negócio superfaturado .....	60
1.4. Percepção de vantagem para facilitar negócio subfaturado .....	62
1.5. Uso em obra ou serviço particular de pessoal e de bens de entidades públicas .....	66
1.6. Recebimento de vantagem para tolerar prática criminosa ...	67
1.7. Recebimento de vantagem econômica mediante declaração falsa .....	68
1.8. Enriquecimento sem causa lícita .....	69
1.9. Exercício de atividades incompatíveis ao da função pública .....	72
1.10. Intermediação de verba pública .....	73

1.11.	Recebimento de vantagem para prevaricar .....	74
1.12.	Apropriação de bens ou valores públicos .....	75
1.13.	Uso particular de bens ou valores públicos .....	76
2.	Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10) .....	77
2.1.	Conceito e requisitos .....	77
2.2.	Facilitação de incorporação de bens ou valores públicos a patrimônio particular .....	83
2.3.	Permissão de uso por particular de bens ou valores públicos ....	85
2.4.	Doação ilegal .....	85
2.5.	Favorecimento de negócios com bens ou prestação de serviços públicos por preço subfaturado .....	88
2.6.	Favorecimento de negócios com bens ou serviços particulares por preço superfaturado .....	89
2.7.	Realização de operação financeira ilegal .....	90
2.8.	Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal .....	93
2.9.	Frustração da licitude de processo licitatório ou seletivo ....	94
2.9.1.	Fases do procedimento licitatório .....	98
2.9.2.	Contratação direta .....	103
2.9.2.1.	Dispensa da licitação .....	104
2.9.2.2.	Inexigibilidade da licitação .....	106
2.9.3.	Frustração da licitação .....	110
2.9.4.	Chamamento público .....	113
2.10.	Ordenação de despesa não autorizada .....	115
2.11.	Agir illicitamente na arrecadação ou na conservação do patrimônio público .....	118
2.12.	Liberação ou aplicação irregular de verba pública .....	119

2.13.	Favorecimento ao enriquecimento ilícito de terceiro .....	120
2.14.	Permissão de uso, em obra ou serviço particular, de agente e bens públicos .....	122
2.15.	Celebrar contrato de gestão associada de serviços públicos sem observar as formalidades legais .....	122
2.16.	Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem dotação orçamentária ou sem observar formalidades legais .....	125
2.17.	Facilitação de incorporação de bens ou valores públicos transferidos mediante parcerias ao patrimônio particular ...	126
2.18.	Permissão de uso de bens ou valores públicos transferidos mediante parcerias sem observar as formalidades legais ...	126
2.19.	Celebração de parcerias sem a observância das formalidades legais .....	127
2.20.	Agir ilicitamente na prestação de contas de parcerias .....	128
2.21.	Liberação de recursos de parcerias sem observar as normas pertinentes ou influenciar a sua aplicação irregular .....	129
2.22.	Concessão, aplicação ou manutenção de benefício financeiro ou tributário ilegal .....	130
3.	Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11) .....	132
3.1.	Conceito e requisitos .....	132
3.2.	Violação de sigilo funcional .....	135
3.3.	Ofensa ao princípio da publicidade .....	136
3.4.	Frustração de concurso público ou de procedimento licitatório .....	137
3.5.	Omissão de prestação de contas .....	142
3.6.	Divulgação indevida de medida política ou econômica .....	144
3.7.	Descumprimento das normas relativas a prestação de contas de parcerias .....	145

3.8.	Nepotismo .....	145
3.9.	Propaganda ou promoção pessoal .....	147
<b>CAPÍTULO III – DAS PENAS .....</b>		<b>149</b>
1.	Ressarcimento integral do dano .....	151
1.1.	Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio .....	153
2.	Sanções .....	153
2.1.	Suspensão dos direitos políticos .....	154
2.2.	Perda da função pública .....	158
2.3.	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário .....	162
2.4.	Multa civil .....	165
2.5.	Individualização das sanções .....	165
2.6.	Sanções aplicadas a pessoas jurídicas .....	167
<b>CAPÍTULO IV – DA DECLARAÇÃO DE BENS .....</b>		<b>169</b>
<b>CAPÍTULO V – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL .....</b>		<b>171</b>
1.	Do inquérito civil .....	174
1.1.	Instauração facultativa .....	174
1.2.	Princípio da publicidade .....	176
1.3.	Princípio do contraditório .....	177
1.4.	Instrução .....	178
1.5.	Sigilo bancário .....	180
1.6.	Privacidade do investigado .....	182

1.7.	Procedimento investigativo .....	183
1.8.	Elucidação correta .....	184
1.9.	Arquivamento do inquérito civil .....	184
2.	Tutela cautelar de indisponibilidade de bens .....	185
3.	Ação civil de improbidade administrativa .....	190
3.1.	Introdução .....	193
3.2.	Petição Inicial .....	194
3.3.	Competência .....	195
3.4.	Do procedimento .....	196
3.4.1.	Citação .....	196
3.4.2.	Contestação .....	196
3.4.3.	Providências preliminares .....	197
3.5.	Das provas .....	198
3.6.	Acordo de não persecução civil .....	199
3.7.	Da sentença .....	203
3.8.	Dos recursos .....	210
3.9.	Do cumprimento de sentença .....	217
<b>CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES PENAIS .....</b>		<b>219</b>
1.	Crime de representação caluniosa .....	219
1.1.	Objetividade jurídica .....	220
1.2.	Sujeitos do crime .....	220
1.3.	Conduta típica .....	220
1.4.	Elemento subjetivo do tipo .....	221
1.5.	Consumação .....	222
1.6.	Pena .....	222

1.7. Responsabilidade civil .....	222
2. Afastamento liminar do agente público .....	223
3. Autonomia da aplicação das sanções .....	224
4. Requisição de inquérito policial ou de instauração de procedimento administrativo .....	226
<b>CAPÍTULO VII - DA PRESCRIÇÃO .....</b>	<b>227</b>
1. Conceito e requisitos .....	228
2. Prescrição intercorrente .....	232
<b>CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>235</b>
1. Da habilitação dos agentes públicos .....	235
2. Dos honorários e custas processuais .....	235
3. Dos atos lesivos aos recursos públicos dos partidos políticos .....	236
<b>CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>237</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>239</b>